



A C Ç ã O S O C I A L I S T A



GRANDE ENTREVISTA

BASÍLIO HORTA RESPONDE AO "AS" // PÁG. 6

OPINIÃO

FERRO RODRIGUES // JOSÉ MANUEL DOS SANTOS
JOSÉ REIS SANTOS // JOÃO GALAMBA



ANTÓNIO JOSÉ SEGURO ELEITO SECRETÁRIO-GERAL



Seguro avisa Governo que defenderá as funções sociais do Estado

Com cerca de 70% dos votos, António José Seguro é o novo secretário-geral do Partido Socialista.

No seu discurso de vitória, o novo líder prometeu renovar o partido, nomeadamente “ao nível dos protagonistas”, garantindo, por outro lado, o estabelecimento da regra da liberdade de voto dos deputados do PS na Assembleia da República.

Depois de saudar Francisco Assis, Seguro lembrou que ser líder do PS representa “uma honra mas também uma responsabilidade”, sobretudo agora, como realçou, “face à difícil conjuntura nacional e internacional”.

Um novo ciclo com outras ideias e

novos protagonistas, mas também “novos projectos e novos diálogos” e uma maior interligação do partido com a sociedade, iniciativas que se vão traduzir, numa “forma nova de fazer política para as pessoas e com as pessoas”.

Voltando-se para a maioria de di-

reita PSD/CDS, garantiu que para o PS “não existe um problema constitucional em Portugal”, pelo que os socialistas nunca aceitarão que sejam postas em causa as funções sociais do Estado e o equilíbrio das relações laborais consignadas na Constituição da República. ● R.S.A.

DE LÍDER DA JS A LÍDER DO PS

Natural de Penamacor, distrito de Castelo Branco, onde nasceu a 11 de Março de 1962, António José Seguro, licenciado em Relações Internacionais, é o novo secretário-geral do PS, partido ao qual aderiu em 10 de Fevereiro de 1980.

Docente universitário na Universidade Autónoma de Lisboa, António José Seguro, é actualmente deputado da Assembleia da República, eleito pelo círculo de Braga nas últimas legislativas.

Com uma já longa vida política e de intervenção cívica de mais de três décadas, Seguro foi director jornal “A Verdade de Penamacor”, na sua terra natal, e chegou a secretário-geral da Juventude Socialista, cargo que ocupou entre 1990 e 1994.

Deputado à Assembleia da República, de 1991 a 1995, é pela mão de António Guterres que entra para o Secretariado Nacional do partido em 1994. Com a vitória do PS nas legislativas de 1995, assume as funções de secretário de Estado da Juventude, e mais tarde, no mesmo Governo, secretário de Estado

adjunto do primeiro-ministro, para depois se candidatar no segundo lugar da lista do PS às europeias de 1999, encabeçada por Mário Soares.

Após dois anos como eurodeputado, onde foi co-autor do relatório do Parlamento Europeu sobre o Tratado de Nice e o futuro da União Europeia, regressa a Portugal, em 2001, para exercer o cargo de ministro adjunto de António Guterres.

Nas legislativas de 2002, dirigiu a campanha do então secretário-geral Ferro Rodrigues, tendo depois dirigido o Gabinete de Estudos do PS entre 2002 e 2004 e liderado a bancada parlamentar do PS até à queda do Governo PSD/CDS de Pedro Santana Lopes.

Nos últimos seis anos de liderança de José Sócrates, Seguro foi cabeça de lista por Braga nas eleições legislativas de 2005, 2009 e 2011 e presidente das comissões parlamentares de Educação e de Economia, além de ter coordenado a reforma do regimento da Assembleia da República em 2007. ● J.C.B.

PRIMEIRA DECLARAÇÃO DE ANTÓNIO JOSÉ SEGURO COMO SECRETÁRIO-GERAL

A vitória de hoje é a vitória do PS. Trata-se de uma escolha clara e inequívoca para iniciar o novo ciclo, um ciclo de mudança, no interior do PS e em Portugal. É um dia de esperança renovada para os socialistas que nos responsabiliza perante a nossa história e perante os portugueses. Aceito esta vitória e tudo farei para a honrar em cada dia da minha acção política.

Dirijo um cumprimento particular ao Francisco Assis. Pela sua participação nas eleições internas e pelos contributos que trouxe para o debate político. Conheço Francisco Assis e estou certo que o PS continuará a contar com ele e com a força das suas ideias para os desafios que temos pela frente.

Quero agradecer a todos os militantes do PS. A todos sem excepção. Pelo seu empenhamento neste processo eleitoral. Só um grande partido como é o PS, imediatamente após uma derrota eleitoral, poderia ter milhares de mulheres e homens tão envolvidos no debate político. Quero dirigir uma palavra de apreço aos mais de 30 mil militantes que participaram nestas eleições. Todos são dignos do meu reconhecimento pela vossa dedicação ao nosso PS.

Serei líder de todos e de todas as socialistas. Estou aqui para somar, para unir, assumindo por inteiro toda a história e todo o património

do PS. Assumo os momentos felizes e menos felizes da nossa história, na certeza de que o futuro será melhor se aprendermos com os erros do passado.

No PS não há vencedores nem vencidos. Há socialistas, homens e mulheres livres. Conto com cada um e com todos vós para o novo ciclo e para afirmarmos o nosso PS como a alternativa política à actual maioria de direita. O PS precisa de todos vós.

Foi uma campanha que mostrou a vitalidade, a abertura e o espírito profundamente democrático do Partido Socialista.

Muitos socialistas regressaram à militância e muitos simpatizantes manifestaram o desejo de participar na construção de novas propostas políticas. Foi uma campanha inesquecível.

Permitam que enderece um abraço sentido aos milhares de apoiantes do Novo Ciclo que voluntariamente levaram esta campanha a todos os cantos de Portugal e às comunidades portuguesas, designadamente através das redes sociais. Um agradecimento especial para os militantes e simpatizantes que colaboraram mais directamente comigo e, em particular, ao meu director de campanha, o meu amigo António Galamba. A todos vós um grande bem-hajam! Faço questão de aproveitar esta minha primeira decla-

ração como líder do PS para enviar uma mensagem de solidariedade ao povo e ao Governo norueguês, num momento de tragédia e de sofrimento. O terrorismo, de todos os quadrantes, é inimigo da humanidade e da democracia. Estamos ao lado do povo da Noruega e dos jovens socialistas nesta hora de sofrimento e de luto. Ser líder do PS é simultaneamente uma honra, uma responsabilidade e uma oportunidade.

a) Uma honra porque é liderar o partido que todos os portugueses identificam com a liberdade, com a democracia, com a igualdade de oportunidades, com a justiça social e com uma Europa solidária.

Porque é o partido de Mário Soares, de Vítor Constâncio, Jorge Sampaio, António Guterres, Ferro Rodrigues, José Sócrates, cujos exemplos de coragem e dedicação não esqueço, nem o partido socialista jamais esquecerá. É uma honra dar continuidade ao seu exemplo de dedicação ao país e aos portugueses em nome dos valores da liberdade, da igualdade e do progresso, do combate às desigualdades sociais, à pobreza e à exclusão social.

É uma honra por ter merecido a confiança de tantos portugueses e portuguesas que ao votarem na minha candidatura →

Sempre que no PS se viveram períodos de mudança interna os militantes mostraram saber distinguir de um modo muito claro as diferenças internas dos combates exteriores



EDITORIAL

Miguel Coelho

Com cerca de 70% dos votos dos militantes, António José Seguro foi eleito secretário-geral do PS. Tratou-se de um resultado expressivo que confere ao líder agora eleito do nosso Partido toda a legitimidade para aplicar o programa com o qual se candidatou.

Inicia-se assim no PS um novo ciclo de grande responsabilidade e exigência para todos nós, socialistas.

António José Seguro, no importante discurso que efectuou na noite da vitória eleitoral – que pela sua relevância reproduzimos – e confirmando o que disse durante a campanha interna, deu o mote de como será o PS neste novo ciclo: um partido que fará uma oposição firme a esta direita que agora ocupa o poder; um partido aberto ao exterior e aos seus militantes; um partido em condições de apresentar uma alternativa de políticas de esquerda a esta direita que continua a insistir nas “velhas receitas neoliberais” para combater a crise (privatizar, liberalizar despedimentos e desresponsabilizar socialmente o Estado).

Sempre que no PS se viveram períodos de mudança interna os militantes mostraram saber distinguir de um modo muito claro as diferenças internas dos combates exteriores. Certamente que agora no início deste novo ciclo, todos os socialistas estarão ao lado de António José Seguro neste combate difícil que tem pela frente. Francisco Assis, no seu discurso na noite eleitoral, ao garantir não se constituir como líder de facção interna, deixou a todos os socialistas uma forte mensagem de unidade.

Este número do “AS” sai, assim, em tempos de mudanças. Edição praticamente encerrada antes das eleições, esperou-se pelo seu resultado do passado fim-de-semana para o podermos reflectir já neste número. A par deste destaque, publicamos uma importante entrevista com Basílio Horta, deputado independente do PS por Leiria, e abrimos um novo espaço, designado como “gente que faz”, que será sempre uma grande reportagem sobre a implantação do PS a nível regional. Pela sua importância simbólica, começámos por Beja, com especial destaque para a Câmara Municipal da capital do distrito, agora presidida por um socialista.

Como é tradição, em Agosto o “Acção Socialista” não se publica, estando previsto o próximo número para Setembro, já com um especial tratamento editorial do Congresso Nacional entretanto realizado. ●



→ me dão a honra de poder falar em nome deles e do PS, a honra de poder ser a voz da esperança num futuro melhor para todos nós. O meu compromisso firme e solene é o de trabalhar todos os dias para ser merecedor da vossa confiança e da vossa esperança.

Liderar o Partido Socialista é sempre uma grande responsabilidade, sejam quais forem as circunstâncias e o tempo político. Mas no tempo que vivemos é uma responsabilidade acrescida. É um tempo de grande exigência para o PS, para o país, para os portugueses, mas também de enorme exigência no plano europeu e no plano internacional.

É uma responsabilidade porque assumi desde o início que era preciso liderar um novo ciclo na vida política e na vida do partido.

Um novo ciclo que significa desde logo, novas ideias, novos protagonistas, novos projectos, novos diálogos, uma nova forma de interacção do partido com a sociedade. Uma nova forma de fazer política para as pessoas e com as pessoas. Novos desafios, como seja o de dar voz, projecto e esperança a todas as pessoas que têm a ambição, a vontade e a generosidade para se mobilizarem na construção de um país, de uma sociedade e de um mundo, melhores, mais humanos e mais justos.

Responsabilidade, porque o Partido Socialista vai liderar a oposição a este governo – e fá-lo em nome da defesa dos valores de esquerda democrática e do inabalável compromisso com o interesse nacional.

b) Uma oportunidade

Liderar o PS é sempre uma oportunidade ímpar de servir o meu país e os meus compatriotas, uma oportunidade que agradeço e a que procurarei corresponder inspirado no exemplo de milhares de militantes do PS que ao longo destes anos têm servido a causa pública.

Sei que não há nada mais difícil e incerto do que que-



rer liderar um novo ciclo político – sei que isso exige confiança, convicção e coragem.

O que quero dizer aos portugueses é que nunca faltarão aos socialistas nem a confiança, nem a convicção, nem a coragem para lutar por Portugal e por um futuro melhor para todos. Derrubando preconceitos. Vencendo cinismos. Valorizando os consensos.

O PS vai liderar a oposição. O PS fará uma oposição firme, responsável, construtiva e leal. Sempre afirmo que tanto se serve o país e os portugueses no governo como na oposição.

Os votos do PS estão ao serviço do interesse nacional e dos valores da esquerda democrática.

Este governo tem todas as condições políticas e institucionais para levar por diante as medidas, as reformas, com vista ao cabal cumprimento dos compromissos internacionais do Estado Português.

Mas os primeiros sinais não são bons:

- Aumento de impostos, contrariando uma promessa eleitoral e somando austeridade à austeridade com prejuízo para a nossa economia e para o emprego.
- Injustiça social, ao estabelecer que o novo imposto atinge os rendimentos do trabalho, deixando de fora a riqueza e os rendimentos oriundos do capital.
- Ruptura de compromissos assumidos com os parceiros sociais, fragilizando os direitos dos jovens trabalhadores.

O tempo exige rigor. Mas também, mais do que nunca, exige um forte sentido de sensibilidade social. Com uma opção clara pelo crescimento económico sustentável, e não, como tem sido o caminho escolhido pelo actual Governo, de mera diminuição da procura interna com consequente aumento de sacrifícios para os portugueses. E é neste contexto que reafirmo com total clareza que o PS:

1. Não considera que exista um problema constitucional em Portugal e que será firme na defesa das funções sociais do Estado e no equilíbrio das relações laborais estabelecido nos princípios constitucionais.
2. Honrará a sua assinatura e cumprirá o memorando de assistência financeira a Portugal. Mas não abdicará, sempre que necessário e possível, de apresentar soluções alternativas de acordo com a nossa Declaração de Princípios e do mandato que recebemos dos portugueses. O memorando não suspende a política.
3. Combaterá a corrupção com grande disponibilidade para acordos parlamentares, com todos os partidos, de modo a que seja possível acabar com esta praga que mina o Estado de direito democrático. A constante desresponsabilização entre o sistema político e o sistema judiciário deve dar lugar a uma cooperação que torne eficaz o combate ao crime e, em sentido mais amplo, a uma justiça rápida e acessível.

A agenda do PS vai dar prioridade máxima ao EMPREGO.

- Insistimos na urgência da definição de uma estratégia de crescimento económico sustentável, pois só o crescimento será capaz de gerar riqueza e manter e criar emprego.
- Sabemos que a margem é estreita, mas é indispensável desenvolver uma estratégia de crescimento centrada no emprego, apoiando as empresas exportadoras e as PME que produzam ou venham a produzir bens transaccionais, aumentando a produção nacional e diminuindo as nossas importações.
- As políticas de redução do défice devem articular-se com o crescimento da economia e com o emprego.
- As políticas que o PS vai desenvolver corresponderão às preocupações das pessoas.
- Tomaremos iniciativas que promovam novos diálogos com os parceiros sociais, os partidos políticos com assento parlamentar e com o Governo, com vista a estabelecer políticas que preservem e criem postos de trabalho.

A criação de emprego será a base da formulação das nossas propostas políticas das quais destaco:

- A preparação da alternativa de Governo que ofereça aos portugueses uma proposta política actualizada no respeito pelos valores e princípios da esquerda democrática. Seremos alternativa, pois recusamos o rotativismo e a alternância.
- E afirmação de Portugal e do PS na primeira linha do aprofundamento do pro-

jecto europeu. Incentivar o trabalho para que a família socialista europeia adopte uma posição comum alternativa ao actual comando conservador europeu. Precisamos de mais Europa e não de menos Europa. Estamos a pagar um preço alto pela dispersão de dezenas de políticas orçamentais. Mais governação económica e mais governação política

- Ao mesmo tempo iniciaremos o processo de renovação do Partido Socialista promovendo o debate político e valorizando a militância; modernizar e abrir o partido à sociedade, levando-o para junto das pessoas. O Congresso Nacional de Setembro já terá novidades quanto a esse propósito.
- E Introduziremos a liberdade de voto como regra da acção dos deputados do PS na Assembleia da República. Mudança que reputo da maior importância, cujo processo será iniciado, já a partir da próxima quinta-feira, numa reunião com o grupo parlamentar.

A situação de Portugal exige uma atitude política responsável e construtiva. Sempre me opus à política do bota-a-baixo. Do ser contra só porque é a iniciativa é de outro partido. O país necessita de compromissos e de convergências, sem nunca colocar em causa as ideologias de cada um.

O meu compromisso é com o futuro.

Reafirmo a minha confiança no país e nos jovens portugueses.

O caminho que o país tem de trilhar o caminho do crescimento económico, capaz de criar riqueza, postos de trabalho e trazer progresso social e desenvolvimento. É possível recuperar a esperança, se soubermos somar à inovação, ao conhecimento e à pedagogia dos desafios que temos pela frente, a vontade política de os enfrentar.

O país precisa de um PS forte! Os portugueses podem contar connosco. ●



DIA DA FEDERAÇÃO DE COIMBRA Seguro acusa Governo de querer “jovens a dias”

O Governo quer “tratar os jovens como jovens a dias, com menos direitos e nenhuma garantias”, acusou António José Seguro, no dia 24 de Julho, na comemoração do “Dia da Federação” do PS/Coimbra em Maiorca, no concelho da Figueira da Foz, onde defendeu que o combate à corrupção deve ser uma prioridade política.

Na sua primeira intervenção num evento do PS após a sua eleição como secretário-geral, Seguro criticou a intenção do Executivo PSD/CDS de “desrespeitar um acordo assinado, em sede de concertação social, em Março passado”. Um acordo que, explicou, tinha por objectivo “incentivar a contratação de jovens e a criação de mais emprego, diminuindo a responsabilidade dos empresários em caso de necessidade de indemnização”,

mas criando “um fundo de garantia, para compensar” essa redução.

No entanto, segundo o líder socialista, “o actual Governo tem a intenção de colocar os jovens portugueses com menos direitos, não lhes dando a garantia desse fundo”. Ao invés, frisou Seguro, os socialistas querem “tratar os jovens portugueses com o respeito e a dignidade que eles merecem”.

Para o secretário-geral do PS, esta posição em defesa do trabalho com direitos para os jovens constitui “um exemplo claro de quem discorda de um caminho escolhido pelo Governo, mas não se limita apenas a discordar”, apontando “caminhos alternativos”.

Combater a corrupção

Por outro lado, António José Seguro reafirmou a “vontade do PS de cola-

borar com todas as forças políticas do Parlamento, quer à direita, quer à esquerda”, para, “de uma vez por todas”, se pôr “fim à corrupção em Portugal”. A corrupção “mina o Estado de Direito e Democrático”, disse, considerando que “o combate à corrupção é uma prioridade da nossa democracia”. Por isso, adiantou, “o PS tomará a iniciativa nessa área”.

O secretário-geral do PS apelou ainda a “todas as forças políticas” no sentido de se acabar com “o passaculpas entre o sistema político e o sistema judiciário”.

E isto para que, disse, “ambos os actores destes dois sistemas” somem “forças e propostas”, de modo a que sejam encontradas “soluções técnicas que combatam a corrupção em Portugal”. ● J.C.B.

Gestão privada de hospitais e centros de saúde põe em causa SNS

A proposta do Governo de direita de abrir a gestão dos centros de saúde e dos hospitais públicos à exploração de operadores privados inviabilizará, na opinião da deputada Ana Jorge, a sustentação e o futuro do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Para a ex-ministra do Governo de José Sócrates, se esta medida avançar são os bons resultados já alcançados em termos da melhoria dos cuidados à população que estarão em causa, recordando que as experiências da gestão clínica do sector privado, sobretudo nas parcerias público-privadas, “não têm sido muito favoráveis”, estando por provar, como salientou, que o sector privado consiga “maiores vantagens e eficiência na redução dos custos”.

Mostrou-se, por isso, preocupada com a proposta do Governo que “criará maiores dificuldades no acesso da população a todos os cuidados de saúde”, que hoje são, como recordou, “tendencialmente gratuitos”, passando o SNS a limitar-se a um plano de prestações garantidas, o que significará que “uns vão ter acesso e outros não”.

A opção de os utentes poderem passar a escolher o centro de saúde ou o hospital onde querem ser atendidos é para a ex-responsável governamental outra das questões que ameaçam a organização do Serviço Nacional de Saúde e que “contribuirá para a sua desestruturação”. ● R.S.A.

ATENTADOS NA NORUEGA

PS manifesta solidariedade ao Partido Trabalhista

O Partido Socialista condenou, numa mensagem de condolências enviada ao Partido Trabalhista norueguês, os “cobardes” e “bárbaros” atentados perpetrados por um extremista de direita em Oslo e na ilha de Utoya, que provocaram largas dezenas de vítimas, entre as quais muitos jovens socialistas reunidos numa Universidade de Verão.

Na missiva, assinada pelo secretário Internacional José Lello, o PS ma-

nifesta a “solidariedade mais profunda” ao Partido Trabalhista norueguês pelos atentados, que, sublinha, “não são apenas contra um partido político, são contra todo o povo norueguês, contra a democracia, e contra a paz e tolerância”.

“O Partido Socialista espera que o radicalismo político contra um defensor da paz, como o Partido Trabalhista, não vença”, refere ainda Lello na mensagem. ●



BASÍLIO HORTA

“O euro está a atravessar o pior momento desde a sua criação”



Basílio Horta, responsável máximo pelo AICEP no Governo de José Sócrates e deputado eleito pelo círculo de Leiria, salienta, numa entrevista ao “AS”, que decorrido mais de um mês sobre a posse do Governo, nada foi feito nos domínios cruciais do crescimento económico e da diminuição da despesa.

O dr. Basílio Horta foi um dirigente destacado do CDS e está hoje como deputado independente do PS. Como explica aquilo que, à primeira vista, podia parecer um percurso errático?

Ajudei a fundar o CDS nos idos de 74 em conjunto com Freitas do Amaral e Amaro da Costa. O partido nasceu como partido centrista e democrata-cristão aberto aos contributos do centro-direita e do centro-esquerda e para constituir uma alternativa democrática ao panorama político-partidário da época.

O CDS de então sempre adoptou uma estratégia própria fundada na análise que em cada momento fazia do interesse nacional. Daí que em 1978 tenha entrado no Governo com o Partido Socialista chefiado pelo dr. Mário Soares, Governo que integrei ao lado de Vitor Sá

Machado e Rui Pena e que prestou relevantíssimos serviços a Portugal.

Mais tarde, com Manuel Monteiro e Paulo Portas, o CDS veio a transformar-se em Partido Popular, claramente de direita, e antieuropeu. Recentemente, com o dr. Paulo Portas, não obstante a tentativa de regressar às origens (daí o CDS/PP), manteve-se no exclusivo espaço da direita tendo como única estratégia visível viabilizar governos do PSD quando este partido sozinho não atinge a maioria absoluta (vide, Governo de Barroso e agora de Passos Coelho).

Talvez por tudo isto, nenhum dos fundadores tem hoje qualquer actividade política no CDS/PP e creio mesmo que só um ainda se encontra filiado.

Pela minha parte, apoiei com total independência o dr. Jorge Sampaio na

sua primeira candidatura à Presidência da República e o dr. António Costa na corrida à Câmara Municipal de Lisboa. Presentemente há mais de nove anos que me encontrava totalmente afastado da vida partidária. Durante os últimos seis anos trabalhei, na qualidade de presidente da AICEP-EPE em estreita colaboração com o Governo do Partido Socialista chefiado pelo eng. José Sócrates, só tendo recebido do PS atenções e solidariedade.

Foi pois com naturalidade que recebi o convite do secretário-geral do PS para encabeçar a lista de deputados por Leiria, convite que muito me honrou, e que de imediato aceitei.

Acresce que tendo tido o privilégio de participar na Assembleia Constituinte, na fundação do nosso regime democrático, entendi que em momento tão gra-

ve para o país, e em que a Assembleia da república terá de assumir papel fundamental, não me era lícito recusar a contribuição que me era solicitada.

Durante a campanha eleitoral teve de conviver com a estrutura socialista, com os dirigentes e militantes do PS/Leiria. Como decorreu esse processo?

O trabalho desenvolvido durante a difícil campanha eleitoral no distrito de Leiria, demonstrou um forte sentido de missão entre todos os que nela participaram. Senti-me completamente integrado na equipa formada por dirigentes e militantes do PS de Leiria que funcionou com um todo com inultrapassável dedicação.

Hoje, no PS/Leiria sinto que não tenho apenas companheiros de combate eleitoral – tenho amigos.

Como se posiciona face ao debate interno que o PS vive neste momento?

Como independente não posso nem devo intrometer-me no debate interno, sublinho apenas que são dois excelentes candidatos para servir o partido e o país e que ambos merecem o meu respeito e solidariedade.

A democracia-cristã sofreu nas últimas décadas um retrocesso significativo em todo o mundo e praticamente desapareceu como grande família internacional. A que se deve essa situação?

A democracia-cristã pode ter desaparecido, sobretudo na Europa, enquanto inspiradora de partidos políticos, fruto de vários erros cometidos por alguns dos seus principais responsáveis.

No entanto, a ideologia e os

Medidas avulsas, eivadas de populismo, algumas contrárias à redução de despesa, e a criação do imposto sobre o rendimento, eis todo o balanço deste primeiro mês do Governo

princípios programáticos sempre revisitados na doutrina da Igreja, encontram-se bem vivos e, em minha opinião, são cada vez mais necessários neste Mundo fraco em valores e em referências em que globalmente vivemos.

Pessoalmente quem é que indicaria como a sua grande referência política?

A minha grande referência política nacional é Adelino Amaro da Costa.

Foi durante anos o responsável máximo da AICEP. Como descreveria essa experiência e que balanço faz dela?

A presidência da API/AICEP durante seis anos foi para mim uma experiência muito positiva, profissional e humanamente. O balanço destes anos deve ser feito pelos nossos clientes – as empresas portuguesas e estrangeiras com quem trabalhamos todos os dias. É de notar que o aumento das exportações portuguesas é o único dado positivo no quadro da nossa economia e isso deve-se, em pri-

meiro lugar, aos empresários e aos trabalhadores portugueses, mas não será justo esquecer o trabalho de toda a equipa da AICEP no país e no estrangeiro focada no apoio às empresas nas diversas dimensões da respectiva actividade de internacionalização.

Como perspectiva a evolução das exportações portuguesas nos próximos anos?

É difícil fazer uma previsão sobre a evolução das exportações portuguesas nos próximos anos, pois há vários factores envolvidos muitos dos quais não dependem da nossa vontade. No entanto, os portugueses devem preocupar-se seriamente com as previsões da Comissão Europeia e da OCDE para o crescimento do PIB nacional em 2012. Neste ano, as projecções da CE apontam para um decréscimo do PIB de 1,8% e as da OCDE de 1,5%. Isto significa que em 2012 Portugal será o único país da Europa com o PIB a decrescer, enquanto a própria Grécia apresenta uma subi-

da de 1,1% (CE) ou de 0,6% (OCDE).

Iremos nós aceitar esta situação e arquivar, como sem solução possível, a inevitabilidade da recessão económica para os próximos 18 meses? A ser assim, esse será o caminho do empobrecimento, quem sabe se definitivo. É pois urgente continuar e melhorar as políticas de apoio à internacionalização empresarial, olhar seriamente à atracção de IDE, concentrar instrumentos e recursos, apoiar as empresas que produzem bens transaccionáveis, as que exportam e as que têm capacidade exportadora. Este Governo não deve perder mais tempo para dar uma resposta patriótica a este enorme desafio.

Como avalia as afirmações da liderança do PSD sobre a transparência e rigor das contas públicas do anterior Governo?

A liderança do PSD afirmou com pompa e circunstância que não iria usar o passado como alibi para a sua governação. Parece que se esqueceu depressa pois agora, primeiro em círculo fechado depois com ampla divulgação parece ter descoberto um “desvio colossal” de que ninguém tinha dado conta. Isto para tentar justificar a criação de um imposto extraordinário sobre o rendimento, sem qualquer diminuição de despesa e ao arrepio do que fora repetidamente prometido. Não obstante a habilidade do Ministro das Finanças para desculpar a mentira, o PS não deve deixar passar em claro esta atitude politicamente pouco séria e por isso merecedora de clara reprovação.

Entende que a actual coligação PSD/CDS é a resposta institucional e política ajustada face à gravidade da situação de Portugal?

A actual coligação PSD/CDS ganhou com maioria absoluta as últimas eleições e, na actual situação do país, é ainda depositária

da confiança e da esperança de muitos portugueses. É muito cedo para avaliar a capacidade política da actual maioria para fazer face com sucesso, à gravidade da conjuntura social, económica e financeira, nacional e europeia.

Temos, porém, de notar que até agora decorrido mais de um mês sobre a posse do governo, nada foi feito nos domínios cruciais do crescimento económico e da diminuição da despesa. Medidas avulsas, eivadas de populismo, algumas contrárias à redução de despesa, e a criação do imposto sobre o rendimento, eis todo o balanço deste primeiro mês do Governo.

À luz da actual conjuntura nacional e internacional quais os eixos de políticas económicas que considera essenciais para relançar a economia nacional?

A resposta já foi dada. Reafirmemos contudo a urgência em prosseguir melhorar e aprofundar o caminho da internacionalização empresarial percorrido pelo anterior governo dando especial prioridade às PMEs. Instrumento essencial para o êxito desta política é o crédito à economia, particularmente o crédito (pré-financiamento e financiamento) e o seguro de crédito à exportação serem garantidos a níveis adequados de prestação e de eficácia.

Prioridade à inovação, mais empresas a exportar, para mais mercados, bens e serviços com cada vez maior valor acrescentado são as grandes linhas que devem inspirar a política económica deste sector.

Atrair mais e melhor IDE com a consciência de que este é um objectivo difícil de alcançar dado o altíssimo grau de competição entre os diversos países. É pois essencial adoptar medidas que tornem Portugal mais competitivo na manutenção e atracção de IDE especialmente na política fiscal, na desburocratização dos licenciamentos e

na segurança e celeridade da Justiça.

Faz sentido falar de um mercado comum da lusofonia?

Mais do que um mercado, a lusofonia, com especial destaque para o Brasil, deve ser encarada como um destino não apenas económico mas político. Portugal será tanto mais ouvido na Europa e no Mundo quanto mais estreitas e globais forem as suas relações com o mundo lusófono. A preservação da língua comum como veículo de unidade cultural e política, de inestimável valor económico, os investimentos realizados em parceria em sectores relevantes, a cooperação encarada não como despesa mas como investimento altamente reprodutivo e a coordenação de esforços e de posições a nível dos foros internacionais, são alguns tópicos a merecerem desenvolvimentos no âmbito da política externa e da diplomacia económica portuguesa.

Como avalia a actual situação da moeda única?

A moeda única está a atravessar o pior momento desde a sua criação. Alguns dos Estados-membros, puseram de lado o Pacto de Estabilidade e Crescimento de 2004 que obrigava a um défice máximo de 3% e a uma dívida que não excedesse 60% do PIB. A União Europeia, perante este quadro, não teve capacidade, primeiro para prevenir e depois para resolver as graves crises financeiras de alguns dos seus membros que ameaçam alastrar perigosamente às economias mais fortes do espaço europeu. Agora, tudo está em saber se ainda há vontade e força política para reforçar a unidade europeia e com ela criar os mecanismos de disciplina das economias e de defesa do euro. Esperemos e esforcemo-nos para que tal aconteça, para bem da manutenção do projecto europeu e dos interesses de Portugal. ●



ENTREVISTA AO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BEJA Jorge Pulido Valente

Nas últimas eleições autárquicas, Jorge Pulido Valente ganhou a Câmara Municipal de Beja para o Partido Socialista, retirando ao PCP a sua autarquia mais emblemática no Baixo Alentejo. Em entrevista ao “AS”, o autarca socialista disse ter encontrado “um concelho sem uma estratégia de desenvolvimento” e, apesar das dificuldades internacionais e nacionais conhecidas, faz um balanço positivo destes dois anos de mandato.

Que balanço faz do seu mandato?

Apesar das dificuldades nacionais e internacionais conhecidas, considero-o positivo.

Em primeiro lugar, pelo trabalho de reorganização dos serviços da Câmara, que ficará concluído até final deste ano: uma nova estrutura orgânica, novas chefias, melhor planeamento e obviamente uma gestão cuidadosa e de proximidade.

Encontrámos uma máquina muito partidarizada, que tivemos de alterar no sentido de lhe acrescentar mais competência técnica, mais eficácia e mais eficiência, em defesa dos verdadeiros interesses da população.

Em segundo lugar, pelo início da concretização de uma estratégia

de desenvolvimento para o concelho em torno de eixos estruturantes decisivos: o novo aeroporto, o aproveitamento do plano de rega do Alqueva e as novas acessibilidades rodoviárias.

Iniciámos, igualmente, diversos projectos de requalificação urbana, designadamente nas portas de Mértola e na Mouraria, como contraponto ao abandono a que a cidade foi votada durante muitos anos, com a conseqüente degradação do seu património.

A política cultural tem sido uma vertente importante do nosso mandato, essencial para a mobilização da juventude, para a animação do concelho e para a sustentabilidade do turismo.

Muitas coisas estão ainda por fa-

zer, designadamente na área social, mas estamos convictos de dentro de dois anos o quadro será ainda mais positivo.

A herança que o anterior Executivo lhe deixou era pouco aliciante?

Encontrámos um concelho sem uma estratégia de desenvolvimento. Tudo se resumia a medidas avulso, que correspondiam a interesses eleitorais de momento e à resolução dos problemas particulares, que os servissem.

O concelho fechou-se sobre si próprio e progressivamente foi perdendo capacidade de diálogo e negociação com a Administração Central e as empresas públicas.

Por outro lado, não havia priorida-

des e isso levava a uma imensa dispersão de meios.

O concelho passou penosamente pelas últimas três décadas, longe dos períodos altos da sua história milenar.

Perante um quadro tão desolador, por onde começou?

A questão do desenvolvimento, da modernização do concelho e da manutenção da qualidade de vida dos cidadãos foram e são as preocupações dominantes.

No plano do desenvolvimento e mercê da nossa pressão, demos passos significativos na área das acessibilidades, na atracção de novas indústrias qualificadas, na recuperação de uma nova agricultura, na construção sustentável e



na potenciação de energias alternativas, designadamente em projectos de micro geração , nas centrais foto voltaicas e na mobilidade eléctrica.

O nosso objectivo é potenciar uma dinâmica empresarial sustentável, que crie novos postos de trabalho e posicione o concelho como uma possibilidade única de conciliar o desenvolvimento e a qualidade de vida.

Como tem sentido a reacção dos munícipes à sua gestão ?

Criámos hábitos de consulta pública nos projectos mais importantes para o concelho e a participação tem sido encorajadora, tal como tem sido positiva a resposta às reuniões descentralizadas da Câmara, que temos implementado. Temos a juventude connosco, mercê de uma política cultural variada e programada sem tabus ideológicos e isso é determinante para projectar o futuro com confiança. Apesar da crise, Beja está a crescer

O concelho fechou-se sobre si próprio e progressivamente foi perdendo capacidade de diálogo e negociação com a Administração Central e as empresas públicas

no turismo, na agricultura e na indústria. Tem ensino, saúde e investigação de qualidade. Penso que os munícipes, naturalmente exigentes, compreendem que estamos num caminho bem definido e que iremos colher os frutos da aposta estratégica que agora fazemos. ●

1632

É o número de militantes da Federação do PS/Baixo Alentejo

CÂMARAS SOCIALISTAS DO BAIXO ALENTEJO

Aljustrel
Beja
Cuba
Ferreira do Alentejo
Mértola
Odemira
Ourique

FEDERAÇÃO BAIXO ALENTEJO - SEDES DAS CONCELHIAS

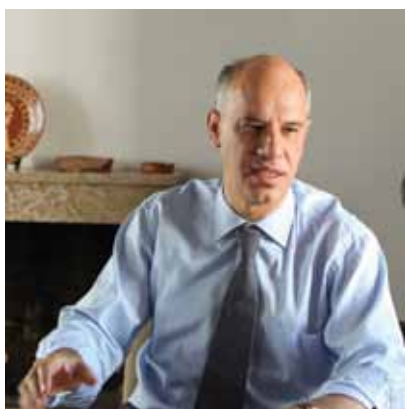
CONCELHIA	SECÇÃO	SEDE
ALJUSTREL	SÃO J. NEGRILHOS	Rua Nova, 5
	ALJUSTREL	Rua S. João de Deus
ALMODÓVAR	ALMODÓVAR	NÃO TEM SEDE Contacto 962 336 676
ALVITO	VILA N. BARONIA	NÃO TEM SEDE Contacto 966 775 168
BARRANCOS	BARRANCOS	NÃO TEM SEDE Contacto 963 876 024
BEJA	CABEÇA GORDA	NÃO TEM SEDE Contacto 961 619 706
	BEJA	Rua Dr. Manuel de arriaga, 42
CASTRO VERDE	CASTRO VERDE	Rua Campo de Ourique, 4
CUBA	CUBA	Rua Álvaro Castelões
FERREIRA ALENTEJO	FERREIRA ALENTEJO	NÃO TEM SEDE Contacto 966 924 232
MERTOLA	MERTOLA	Av. Mira Fernandes
MOURA	MOURA	Rua de S. Pedro, 21
ODEMIRA	ODEMIRA	Largo Miguel Bombarda
OURIQUE	OURIQUE	NÃO TEM SEDE Contacto 968 043 506
SERPA	SERPA	NÃO TEM SEDE Contacto 966 199 803
VIDIGUEIRA	VIDIGUEIRA	Travessa das Fragosas, 22

LUÍS PITA AMEIXA

Uma liderança confiante

Luís Pita Ameixa, presidente da Federação do Baixo Alentejo, recebeu-nos na sede do PS em Beja, num edifício perfeitamente integrado na zona histórica da cidade e numa sala marcada por alguns símbolos republicanos e por figuras históricas do socialismo democrático alentejano, como Manuel Masseno, Carlos Queixinhas, Luís Cacito e Aníbal Costa.

O PS do Baixo Alentejo teve um arranque difícil em 1974. Por um lado, pela fraca implantação, e, por outro, pela perseguição dos comunistas. Foi o tempo de muitos heróis anónimos e injustamente esquecidos,



que viram o seu emprego ou o seu ganha-pão em risco, por acreditarem na liberdade. Foi um tempo de verdadeira asfixia democrática, com um férreo controlo cultural, económico e social.

Autarquias, utilizadas abusivamente pelo Partido Comunista, como parte da “máquina”, comunicação social local e regional, organizações sociais e o controlo económico eram peças

de uma engrenagem totalitária com que o PS e outras forças democráticas se tiveram de confrontar.

Mesmo assim e nestas difíceis condições, o PS conseguiu nas primeiras eleições autárquicas, quatro câmaras (Vidigueira, Moura, Alvito e Almodôvar). A falta de uma cultura organizativa e as pressões do PCP levaram a que nas eleições seguintes só esta última continuasse socialista.

Foi, desde então, uma longa travessia, que se começou a inverter no tempo de António Guterres, quando o PS conseguiu no Baixo Alentejo a primeira vitória em eleições legislativas.

Em 2001, o PS obtém a maioria das câmaras e em 2009 ganha a simbólica Câmara de Beja, com Jorge Pulido Valente.

Numa iniciativa pouco comum e digna de aplauso a Federação quis dar

testemunho desta riquíssima história política, num livro escrito pelo militante Casteleiro de Góis, que será, estamos certos, um manual indispensável para conhecermos melhor o papel dos socialistas na defesa das liberdades e da democracia.

Mas nem só do passado vive a Federação do Baixo Alentejo.

Luís Pita Ameixa, o seu presidente, transmite-nos uma visão estratégica clara para a região, assente num modelo de desenvolvimento sustentável, que rompe definitivamente com a teia de estagnação com que o antigo regime, primeiro, e os comunistas, depois, tentaram paralisar o Alentejo durante décadas.

O aeroporto, o Alqueva e as novas acessibilidades são três chaves estruturantes para esse futuro de esperança, capaz de corresponder a uma história de 2000 anos, rica de importância material e de cultura. ● P.N.

JORGE PULIDO VALENTE

Inovação e modernidade

Jorge Pulido Valente (JVP), 55 anos, duas filhas, licenciado em História, presidente da Câmara Municipal de Beja e da Associação dos Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral, é um entusiasta convicto das potencialidades do concelho e da região. Historiador, pioneiro em Mértola com Cláudio Torres, JVP foi vereador nesta histórica cidade alentejana, responsável pelo departamento de cultura da Câmara de Beja, presidente da Câmara de Mértola, em dois mandatos, e finalmente presidente da capital alentejana. Um percurso político e cultural rico e variado pa-



ra alguém com um apelido sonante na história política portuguesa.

Tolerante, motivador, com uma excelente capacidade de diálogo, Pulido Valente foi uma aposta ganhadora do Partido Socialista para a Câmara de Beja, porque conseguiu transmitir uma mensagem de confiança nas potencialidades da capital do Baixo Alentejo.

A caminho do final do segundo ano do seu mandato essa confiança foi reforçada pela concretização de algumas obras estruturantes, que tiveram o apoio determinado do Governo socialista de José Sócrates, com destaque para a abertura do aeroporto de Beja, o início das obras do IP8 e a quase finalização do plano de rega do Alqueva.

O seu modelo de desenvolvimento é um hino à inovação e à modernidade. Um *cluster* aeronáutico, a mobilidade eléctrica, as energias alternativas, a economia verde, a construção sustentável, as hortas sociais urbanas, o turismo temático, a requalificação urbana, o I&D e a cultura são conceitos integradores de um programa ambicioso e mobilizador, que despertou os cidadãos para uma maior participação cívica e mostrou o caminho pa-

ra afirmar uma capital com maior atractividade.

Tudo isto, apesar das dificuldades financeiras conhecidas e de uma herança, no mínimo, gravosa.

Desde logo, uma câmara partidariada, que era o coração da propaganda comunista no distrito. Uma gestão inquinada, uma cidade abandonada e esquecida, sem estratégia nem prioridades, que ao longo de décadas viveu ao sabor da dispersão ditada pelos interesses eleitorais particulares do Partido Comunista.

Quando lhe pedimos para apresentar Beja aos leitores do “Acção Socialista”, Jorge Pulido Valente falou-nos da qualidade da vida do concelho, da sua dinâmica cultural, do património, das potencialidades económicas (turismo, indústria e agricultura), da qualidade do ensino e da saúde. ● P.N.

MIGUEL GÓIS

Reforçar a maioria

Almoçámos numa verdadeira tasca alentejana com Miguel Góis, líder da Concelhia, vereador da Câmara Municipal de Beja, 34 anos, pai do Bernardo de nove meses, licenciado em Línguas e Literaturas Modernas, com diversas pós-graduações nas áreas da Gestão e do Marketing e um mestrado em Comunicação Integrada. Praticante



de desporto, é o rosto do futuro da capital alentejana.

Com ele, muitos jovens, com qualificações académicas elevadas, revê-

em-se no Partido Socialista, na sua gestão autárquica e no seu protagonismo cultural.

Têm uma consciência crítica, construtiva e querem participar efectivamente do debate sobre o futuro da sua capital. A cultura, o ordenamento do território e o urbanismo são exemplos de temas que os aliciam e os mobilizam para o debate político.

Mas é a dinâmica cultural de Beja que nos surpreende, pela diversidade, pela participação e pelos ecos que se espalham não só no país, mas também e já no plano internacional. A dança, o teatro, a música, as ar-

tes plásticas, a banda desenhada, as “palavras andarilhas”, o festival do amor são expressões dessa verdadeira *movida* da planície alentejana. A construção dos contornos da marca Beja Capital é um desafio aliciante.

Mas todo este entusiasmo e esta projecção de futuros, não esquecem o passado do partido e, nesse contexto, uma das ideias que retivemos foi a da criação de um museu de memórias fotográficas.

Perante um partido tão vivo, criativo e tão cheio de energia, despedimo-nos convictos de que o PS vai reforçar a sua maioria em 2013. ● P.N.



Política de ratings

Ao permitirem-se classificar Portugal como 'lixo', e já antes também a Grécia, as agências de rating entraram definitivamente no nosso linguajar diário, quando ainda há bem pouco tempo quase todos ignorávamos a sua existência e nada sabíamos sobre o que fazem. E muito menos suspeitávamos do seu interesse ou da importância que elas viriam a ter nas nossas vidas.

Nascidas em 1909 para avaliarem as emissões das obrigações das companhias de caminhos-de-ferro norte-americanas, estas agências devem a sua evolução ao grande desenvolvimento do mercado de valores e necessidade de se proceder a uma avaliação da capacidade de empresas, bancos, autarquias, e até dos próprios Estados em cumprirem os seus compromissos financeiros, classificando depois de forma tida como independente o respectivo risco.

Standard & Poor's, Fitch e Moody's são três das mais conhecidas e também as principais agências norte-americanas cuja atribuição de classificações às dívidas soberanas dos Estados anda a pôr a Europa de cabelos em pé, tendo aberto, por outro lado, uma gravíssima crise na zona euro. A classificação não é, porém, idêntica para estas três agências. Para a Moody's, a melhor classificação que um país pode receber é Aaa e a pior C. Para a Standard & Poor's e Fitch, a melhor é AAA e a pior D. A classificação do risco é expressa através de notas na forma de letras e sinais aritméticos, que apontam para o maior ou menor risco de ocorrência de um *default*, isto é, de suspensão de pagamentos. A escala, no mínimo, significa alta probabilidade de não pagamento das dívidas dentro do prazo acordado e, no topo, total capacidade

de de pagamento.

O rating consiste numa opinião técnica sobre a capacidade de uma entidade de saldar os seus compromissos financeiros. Para publicar uma nota de risco de crédito, os especialistas dessas agências avaliam, além da situação financeira de um país, as condições do mercado mundial e a opinião de especialistas da iniciativa privada, fontes oficiais e académicas, embora Joseph Stiglitz, prémio Nobel da Economia, tenha recentemente afirmado que "normalmente as suas avaliações não têm qualquer fundamento científico". O mesmo autor não hesita em considerar que "as agências de rating têm um historial muito negativo em termos de notações, que têm sido fonte de instabilidade. Por exemplo, deram boas classificações às empresas de hipotecas [nos Estados Unidos], o que desempenhou um papel preponderante na crise financeira", tendo ainda alertado para a circunstância destas poderem "precipitar nova crise".

De facto, não se compreende que as três agências referidas continuem a atribuir classificações de triplo A aos Estados Unidos, quando o seu défice e a sua dívida atingiram valores absolutamente colossais. Incompreensivelmente, em vésperas de um provável incumprimento por parte do Estados Unidos devido a fal-

ta de acordo partidário entre democratas e republicanos no Senado quanto ao montante máximo da dívida, aquelas agências teimavam em premiar a economia americana e a penalizar a dos países periféricos do euro. Como também não se entende que tenham atribuído um seguro AAA ao Lehman Brothers, mesmo antes deste banco falir em 2008. Critérios!

Enquanto a União Europeia ainda estuda os mecanismos de enquadramento legal em que deverá assentar lá para o Outono a criação de uma agência de raiz europeia, a China recentemente criou a sua própria agência, a Dagong, que foi, aliás, a primeira das grandes agências de notação a não dar nota máxima à dívida dos Estados Unidos da América. Por cá, refira-se a existência da Companhia Portuguesa de Rating (CPR), que procede à avaliação de empresas, mas não à de dívida soberana.

Para que a credibilidade retorne e o regular funcionamento das agências de rating possa ser retomado, as soluções comumente apontadas pelos economistas passam pela intensificação da concorrência no sector; pela utilização de entidades públicas a fazer análises públicas, ou ainda pela criação de eurobonds (títulos de dívida da zona euro), e também pelo regresso ao primado da política. ● S.G.S.

O papel devastador e pró-especulação das agências de rating não pode ser ignorado

INTERVALO DE LUCIDEZ OU NOVA FASE?



Ferro Rodrigues

Depois do quase-pânico criado pelas ameaças especulativas contra a Itália e a Espanha, economias de dimensão incomparável à Grécia, Irlanda e Portugal, sucederam-se os apelos para evitar que, como tem acontecido, a Cimeira do Eurogrupo da passada semana fosse vista como mais um fracasso e como habitualmente contribuisse para o agravamento da situação do euro e das dívidas soberanas.

O insuspeito de excessos de europeísmo "Financial Times" escrevia na terça, 19 de Julho: "Quando reunirem em Bruxelas, na quinta, os líderes da eurozona têm finalmente que apresentar resultados das suas reiteradas promessas de fazer o que for necessário para salvar o euro. O tempo para grandes frases e conversa terminou. Chegou o tempo para passos mensuráveis que restaurem a confiança do mercado, posta em causa por meses de desacordos públicos entre políticos europeus e banqueiros centrais". E, ainda, "A Europa não enfrenta uma mera crise de liquidez na Grécia mas uma crise da sua união monetária".

Também Durão Barroso chamava a atenção para a gravidade do momento que a União Europeia vivia, apelando a decisões compatíveis com os princípios sempre proclamados e não praticados.

Neste quadro, as hesitações alemãs começaram a notar-se. Se, por um lado, se insistia na participação dos credores privados no novo programa para a Grécia (tema que fora o principal responsável, desde há muito, pela onda especulativa que atingiu os países periféricos europeus), por outro, começava timidamente a admitir-se que a crise não estava circunscrita aos três países com programas em curso. O voluntarismo de Sarkozy em vésperas da reunião ajudou a evitar que esta se traduzisse num novo fiasco.

Como resultados positivos mais palpáveis da Cimeira do Eurogrupo deve referir-se a modificação do Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEFF), cujas verbas passam a poder ser aplicadas no mercado secundário da dívida e a poder ter intervenções de carácter preventivo e ainda a redução das taxas de juro dos empréstimos europeus para 3,5% e a possibilidade de aumento no que se refere às maturidades, no caso grego, de 7,5 anos para até 30 anos.

Como resultados menos claros tivemos a tal participação dos privados cujos termos e consequências não são evidentes. Aliás duas agências de notação vieram já baixar ainda mais o rating da Grécia com este pretexto.

O teste fundamental vai ser o da prática, como sempre. Veremos se há a coragem de intervir contra a especulação e os ataques na zona euro, de forma determinada e articulada com o BCE ou se o respeito e sacralização face aos mercados inibe a utilização de instrumentos potencialmente poderosos.

Infelizmente, as taxas de juro no mercado secundário continuam muito elevadas - quase 11% a 10 anos para Portugal-quatro dias depois da cimeira. Isto aperar de terem baixado...

Assim, temo que a cimeira tenha sido mais um intervalo de lucidez num processo de auto destruição europeia do que o arranque para uma nova fase de verdadeiro regresso à esperança na construção europeia. Oxalá sejam receios sem fundamento.

Mas, mesmo se permite ganhar algum tempo, o momento de escolha política fundamental virá mais depressa do que muitos pensam: a União Europeia ou avança significativamente ou caminha para a liquidação ou para a irrelevância. E o Governo português não deve manter a sua atitude de passividade e de mera espera queatravés do trabalho de outros e de mais troikismo que o da troika se solucione a grande questão nacional de juntar à consolidação orçamental o regresso ao crescimento e emprego. ●

Este imposto não se limita a ser errado, antes revela que o actual Governo, apesar de ter acordado para a Europa, não entende a natureza da crise e dos problemas com que estamos confrontados

UM IMPOSTO NADA EXTRAORDINÁRIO



João Galamba

Não foi só a Moody's que deu um murro no estômago do novo Governo; foi sobretudo a realidade, que, primeiro, pôs a nu o discurso demagógico sobre a suposta facilidade de cortar nos míticos consumos intermédios e nas gorduras do Estado; e, segundo, recordou que existe uma crise da zona euro, cujos contornos, apesar das aparências, não se alteraram desde o início da crise grega, em 2010.

No debate do Programa de Governo, o primeiro-ministro justificou este imposto com a divulgação de um défice de 7,7% do PIB no 1º trimestre de 2011. Ora, não só estes dados não nos permitem concluir que exista qualquer derrapagem orçamental, como não parece possível que o Governo tenha encontrado um 'buraco' que tivesse escapado ao crivo da Comissão Europeia, do Banco Central Europeu e do FMI. Não só estas entidades certificaram todas as contas (incluindo, como é óbvio, as do primeiro trimestre), como o fizeram após contactos com o INE. Acresce a isto o facto do ministro das Finanças ter reduzido a alegada derrapagem a metade e de ter transformado o 'buraco' numa questão de mera prudência para garantir uma folga orçamental. Daqui se conclui que este imposto limita-se a satisfazer uma necessidade que não aquela avançada por Passos Coelho: sossegar o actual Governo quanto à sua (repite: à sua) capacidade de executar um orçamento que já se sabia ser o mais difícil de toda a nossa vida democrática. Esta é, por isso, uma opção apenas deste Governo, não algo que seja exigido pelas circunstâncias.

Se a indispensabilidade deste imposto extraordinário carece de demonstração, os seus efeitos são evidentes. Numa altura em que a procura interna já foi fortemente penalizada, este imposto vai degradar, ainda mais, a situação de muitas famílias portuguesas. Ao contrário do que diz o ministro das Finanças, a prudência, sobretudo quando injustificada, não é uma virtude, antes pelo contrário. Mas este imposto também é iníquo, porque exclui, de um esforço que

se dizia ser nacional, os rendimentos de capital e todas as empresas portuguesas. Nenhuma das justificações avançadas pelo ministro das Finanças para estas exclusões são admissíveis: não se promove a poupança tributando o rendimento (este imposto apenas protege aqueles que, no passado, já conseguiram poupar, não aqueles que poderiam vir a poupar); não se promove a estabilidade financeira afundando a economia e reduzindo o rendimento disponível das famílias; e, finalmente, não é tecnicamente difícil alargar a base de incidência do imposto. Ou seja, este imposto extraordinário revela apenas as opções ideológicas do actual Governo.

Este imposto não se limita a ser errado, antes revela que o actual Governo, apesar de ter acordado para a Europa, não entende a natureza da crise e dos problemas com que estamos confrontados. Numa altura em que a UE começa (lentamente) a abandonar esse tipo de discurso e a olhar para a chamada crise das dívidas soberanas como um problema sistémico do próprio euro, o actual governo parece manter-se fiel a uma narrativa moralista que olha para os países periféricos como sendo os únicos culpados pela situação actual. Vítor Gaspar confirmou isto mesmo quando disse não haver uma crise do euro — apenas uma crise em alguns países do euro — e quando considerou prematuro aceitar uma proposta do eurogrupo para reduzir o juro do empréstimo a Portugal. Que Merkel ou Trichet dissessem isto, ainda se percebia; que seja o ministro das Finanças de Portugal a dizê-lo hoje é mais difícil, para não dizer impossível, de aceitar. ●

PS critica ataque ao subsídio de Natal

Para a líder interina da bancada parlamentar do PS a decisão do Governo de criar um novo imposto extraordinário, "que não consta do programa eleitoral", assume um cunho "absolutamente extemporâneo", não só porque "não está fundamentado", como assenta numa opção ideológica "que os socialistas rejeitam", segundo a qual o "Estado é o problema e o mercado a solução".

Não estando em causa para o PS os compromissos firmados no âmbito do memorando de entendimento com a troika, "do qual esta medida não consta", para Maria de Belém é estranho que o Governo anuncie, como uma das primeiras iniciativas, uma medida fiscal extraordinária, advertindo que os socialistas "não estão comprometidos com o seu suporte político". Reafirmando que o GP/PS exercerá uma oposição responsável e construtiva no quadro da sua matriz referencial, Maria de Belém lembrou que o actual Governo dispõe de "condições únicas" para cumprir o seu programa, já que tem "maioria absoluta no Parlamento, apoio activo e cooperante do Presidente da República, apoio do PS no programa da troika e maioria de governos de direita nos países europeus". Antes, tinha sustentado que a delicadeza do momento "reclama de todos um forte sentido de responsabilidade e de sensibilidade", acentuando que o PS estará sempre na primeira linha em "defesa da moeda única e do projecto europeu", sem prejuízo da afirmação de um "quadro estratégico mais amplo no domínio das relações internacionais".

António José Seguro e Francisco Assis também intervieram no debate para manifestarem o seu desacordo quanto ao novo imposto extraordinário, tendo Seguro garantido que com os votos do PS a medida não passará, afirmando-se contudo esperançado em mais explicações por parte do Executivo.

O novo secretário-geral do PS foi mais longe, tendo mesmo considerado o imposto como "um disparate chocante". E lembrou, a propósito, que os portugueses "estão fartos de sacrifícios e já não têm mais furos no cinto para apertar".

Por sua vez, Francisco Assis considerou o discurso do novo primeiro-ministro "pobre e vago", acusando o Governo de não ter anunciado quaisquer medidas imediatas de redução da despesa pública, pelo que este imposto, em sua opinião, configura não só uma grande "insensibilidade social", como uma "contradição" em relação ao que o PSD propôs durante toda a campanha para as legislativas.

Crítica também da parte do deputado Sérgio Sousa Pinto, que considerou lamentável a ausência no programa do Executivo de qualquer referência ao projecto europeu, realçando que este deve ser o "primeiro desígnio de qualquer Executivo que tenha os pés assentes na terra".

Trata-se, disse, de uma "omissão gravíssima", reafirmando o compromisso histórico do PS com a construção europeia.

Para o deputado socialista, é na Europa que estão em jogo as "questões críticas para o nosso futuro", que só na aparência, como defendeu, "se resumem aos temas económicos". São políticos e como tal exigem políticos à altura, com "pensamentos, estratégias e soluções políticas". ● R.S.A.



Plano Tecnológico paralisado por Governo sem ambição

O sucesso que foi a agenda de modernização do Plano Tecnológico (PT) está deveras comprometido com o actual Governo de direita. O PT, criado e implementado entre 2005/11, representava um eixo muito importante para o desenvolvimento da economia nacional.

Constituído por um vasto conjunto de medidas que atravessam as mais diversas áreas do conhecimento, da tecnologia, da inovação e da cidadania, o PT continua a ser um pilar imprescindível e determinante para o crescimento do país e para a promoção da competitividade nacional junto dos mercados externos.

É, pois, importante perceber desde cedo se o actual Governo de direita vai ou não assumir o compromisso de dar continuidade e prioridade ao PT no quadro das suas políticas públicas ou se, pelo contrário, escudado no discurso da racionalização e da austeridade, optará, como tudo indica, por incluí-lo num universo sujeito a cortes cegos, sob o pretexto de uma alegada necessidade de ir para além do exigido no memorando estabelecido com “troika”. Desde logo, a leitura do Programa do XIX Governo deixa muitas dúvidas. As políticas promotoras da competitividade aparecem dispersas, demonstrando muito pouca ambição no que diz

respeito à prossecução das linhas orientadoras do PT.

No brevíssimo capítulo da tecnologia, partilhado com o “entretenimento”, apenas fica esboçada a intenção de afectar recursos financeiros ao desenvolvimento das chamadas “tecnologias de ponta”, sem mais acrescentar.

Ao “Acção Socialista” o antigo coordenador da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico, camarada Carlos Zorrinho, disse ser sintomática a ausência de uma estrutura que acompanhe, desenvolva e intervenha de forma integrada nesta área estratégica.

“O Governo não dispõe de uma rede interministerial para desenvolver o Plano Tecnológico”, disse Zorrinho, para quem o facto de não existir uma estrutura transversal de coordenação, como a criada no período da governação socialista e que obteve amplo reconhecimento lá fora, não deixa acreditar que o Governo acalente uma grande ambição nesta área.

Segundo Carlos Zorrinho, o Executivo de Passos Coelho e Paulo Portas pode não atrever-se a abandonar a política de inovação, mas também não dá mostras de querer criar condições para o seu desenvolvimento.

Por outro lado, acredita, “a muito curto prazo será possível aferir se o Governo vai manter o compromisso com o programa ‘um computador por aluno’ e o que vai acontecer com a mobilidade eléctrica”. ● MR

Desde que Nobre se quis político, tudo nele operou contra ele. O médico humanitário tornava-se um político catastrófico



A QUEDA

José Manuel dos Santos

Diziam os antigos que os deuses enlouquecem aqueles que querem perder. O que aconteceu a Fernando Nobre foi um caminho que o levou da inabilidade à desfaçatez e da ambição à queda. Por isso, num tempo de tão grandes tristezas e de tão raras alegrias, a sua não-eleição para presidente da Assembleia da República foi recebida no país com o contentamento de uma fantástica notícia (e, por ver-se livre dele, Passos Coelho, no silêncio do seu coração, talvez não se tenha alheado desse contentamento...).

É que a recusa dos deputados em darem à segunda figura do Estado o rosto de Nobre e essa voz trémula que soletra vaidade provou, ao menos, que as instituições são ainda capazes do gesto brusco que afasta a mão que as quer cobrir de ridículo.

Desde que Nobre se quis político, tudo nele operou contra ele. O médico humanitário tornava-se um político catastrófico. O seu discurso soava vão e reiterado, feito de lugares-comuns e de desvarios retóricos. A sua atitude era, ao mesmo tempo, sentimental e interesseira. O seu estilo era simultaneamente épico e miserabilista. Em Nobre, tudo se desdizia. Ele fez da independência uma mercadoria, da vaidade uma falsa modéstia, da inteligência uma falta dela, da sinceridade uma máscara. Transmigrando de partido para partido, gritava que essa era a melhor prova da sua independência – e não percebeu que nos revelava apenas o tamanho do seu oportunismo. Fazendo-se deputado para que o fizessem presidente, exclamava que esse era o grande serviço que queria prestar ao País – e não compreendeu que apenas mostrava a sua avidez de importância, de consagração, de notoriedade.

No dia em que o Parlamento o rejeitou, agindo em legítima defesa, a figura de Nobre tornou-se o fantasma da sua candidatura assassinada. Vê-lo, sentado na bancada a contemplar a cadeira que assim confiscavam à sua ambição, era ver a raiva e a frustração feitas corpo, rosto, olhar. Todo

esse rancor engolido, que envenena mais do que o arsénio, é narrado nos grandes romances do século XIX, de Stendhal a Balzac ou a Flaubert. Mas, nesse tempo, não havia écrans de televisão – e agora há. Vemos neles o que outrora nos contavam – e em grande plano, a cores, em directo. A imagem da humilhação despeitada que subjuga aquele que exige mais do que merece é como a visão de um movimento a parar contra um muro.

Durante a última campanha eleitoral, Nobre afirmou que, na Assembleia da República, só lhe interessava ser presidente. Tudo o que fosse abaixo disso era abaixo dele. Depois, ao não conseguir ser o que queria, declarou que continuava deputado, enquanto achasse que isso era útil ao país. Poucos dias depois, como quem diz: “Já que o país não me foi útil, eu também não serei útil ao país”, renunciou subitamente ao seu mandato parlamentar. Se alguém não se tivesse lembrado de aproximar este caminho da carreira dos aventureiros políticos de que a história está cheia, lembrá-lo-ia a entrevista dada por Fernando Nobre no Brasil, vociferando que a sua renúncia ao lugar de deputado provava que “os que pensavam que estava à procura de tacho se enganaram”. Talvez conseguisse ser mais rigoroso se tivesse dito que não andava à procura de um tacho pequeno, pois só um grande lhe servia – aquele onde pudesse caber a sua imensa vaidade autocelebratória.

O que se tornou mais insuportável no Nobre-político foi a mistura de retórica grandiloquente com demagogia primitiva e de exibicionismo fútil com moralismo fá-tuo. A sua voz passava do clamor heróico (“Só se me matarem!”) à vulgaridade patética (“Não ando à procura de tacho!”).

Num tempo em que tantos são o que não merecem ser e em que todos os dias vemos “o crime compensar”, a desgraça política de Nobre faz-nos pensar que nem tudo ainda está perdido. ●

ESTANTE



A POLÍTICA COMO PROFISSÃO

Autor: Max Weber

Editora: Universidade Lusófona

Numa conferência realizada em 1919, Max Weber escreveu um texto com pouco mais de cem páginas que é considerado um dos documentos mais importantes para quem gosta ou faz da política a sua principal actividade.

Neste texto “está lá tudo” o que interessa para melhor se compreender o que é a política, o que é o poder e qual o papel dos agentes políticos, colocando e dando resposta a uma das questões mais decisivas para quem está na política, precisamente a da dimensão ética, nomeadamente na contradição entre ética das convicções e ética da responsabilidade.

Indispensável e actual. ● M.C.



O HOMEM QUE GOSTAVA DE CÃES

Autor: Leonardo Padura

Editora: Porto Editora

Leonardo Padura é um extraordinário escritor cubano (que tem conseguido manter-se no seu país), mais conhecido pelos seus romances policiais, protagonizados pelo detective Mário Conde. Neste romance, “O Homem que gostava de cães”, Padura vai fazendo uma desconstrução sobre as práticas e os ideais comunistas, através de um relato pormenorizado da preparação do assassinio de Trotsky pelo seu próprio verdugo, um homem que muitos anos mais tarde gostava de passear os seus cães por uma praia cubana. Uma escrita poderosa, a de Padura, que se torna um vício. Um livro no qual se pega e se fica sem vontade de parar. ● D.M.



PORTUGAL TEM SAÍDA UM OLHAR SOBRE A CRISE

Autores: Mário Soares e Teresa de Sousa

Editora: Objectiva

Este livro relata uma reflexão entre Mário Soares e a jornalista do “Público” Teresa de Sousa. As perguntas da jornalista foram feitas em Abril e completadas em Junho, já depois das eleições legislativas.

Os autores partem da difícil situação económica, social e política que o país atravessa para uma reflexão sobre o futuro e os caminhos possíveis para Portugal e para a Europa.

Mário Soares analisa a crise do euro, que, no seu entender, pode levar à desintegração da União Europeia e ter consequências graves, que podem chegar à eclosão de conflitos bélicos no Velho Continente.

Em relação à crise política portuguesa e sobre o papel do Presidente da República, Mário Soares diz que este ficou “estranhamente silencioso”. “Fiz-lhe um apelo público angustiado para que evitasse a crise. Quanto a mim podia tê-lo feito”.

Estes são alguns dos temas abordados neste livro, que recomendamos para as suas férias. ● P.N.



Cerca de 60 militantes marcaram presença na cerimónia de inauguração da sede da Concelhia de Sobral de Monte Agraço, entre os quais se contavam o presidente da Federação Regional do Oeste (FRO), Rui Prudêncio, e o antigo presidente da Câmara Municipal de Santarém e ex-secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, Rui Pedro Barreiro.

A nova sede local é uma antiga ambição dos socialistas sobralenses e constituiu uma das prioridades do actual Secretariado, em funções há pouco mais de um ano. O novo espaço será um local de trabalho, reunião e convívio dos socialistas sobralenses.

No seu discurso, Rui Prudêncio disse que este espaço de trabalho e convívio “não pode ser um ponto de chegada. Antes, é o ponto de partida para a concretização de iniciativas e projectos que vão trazer grandes vitórias aos socialistas no Sobral”. Por sua vez, Rui Pedro Barreiro congratulou-se por constatar que o PS mantém militantes empenhados e activos em fazer crescer o partido. E o presidente da Concelhia, Pedro Coelho dos Santos, agradeceu o apoio da FRO e dos dirigentes nacionais para a concretização desta antiga ambição dos socialistas de Sobral de Monte Agraço, agora materializada “numa sede digna”. ● JCB

PORTALEGRE Federação contra suspensão do TGV

A Comissão Política da Federação de Portalegre aprovou, por unanimidade, uma moção onde manifesta o seu “forte descontentamento” pela suspensão do projecto de Alta Velocidade Lisboa-Madrid, conforme consta do programa do Governo de direita. Na moção, os socialistas de Portalegre reiteraram a “a necessidade do Estado português cumprir os compromissos europeus, ibéricos, com os portugueses e, em particular

com o Alentejo, região mais afectada com esta decisão”.

A suspensão deste projecto, cujo financiamento público é inferior a 10% do total e com “um elevado potencial de criação de postos de trabalho e de condições únicas de fixação de empresas no Alentejo”, é o prenúncio, segundo o PS/Portalegre, de “uma linha de intervenção política do Governo PSD/CDS de abandono do interior”. ● JCB

ODIVELAS PS contra cancelamento das festas da cidade

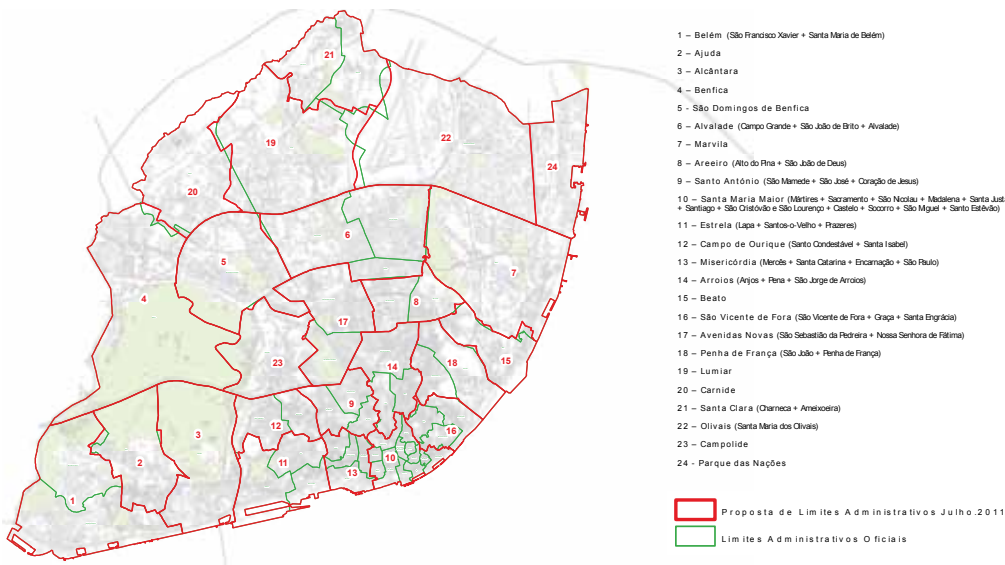
“Grave” – é como a Secção de Odivelas do PS considera a decisão do presidente da Junta de cancelar as festas da cidade, “um marco e uma referência” da freguesia e do concelho, desde que em 1995 sob a governação socialista na Junta teve início esta iniciativa.

Para os socialistas, “as curtas desculpas” apresentadas pelo presidente “não são suficientes”, uma vez que “os motivos jurídicos inultrapassáveis e a crise” invocados pa-

ra justificar o cancelamento “é muito pouco para um dos projectos mais emblemáticos e importantes” da freguesia.

O PS/Odivelas considera ainda “este acontecimento vem demonstrar toda a falta de visão estratégica e de planeamento para a freguesia, por parte do seu presidente”, acrescentando que isso “é bem patente neste triste processo, assim como no abandono do espaço público da cidade”. ● JCB

FAUL saúda reforma da cidade



A FAUL congratula-se com a aprovação da reforma administrativa de Lisboa, sublinhando tratar-se de uma iniciativa “inovadora e progressista”, que no essencial propõe um novo mapa para a cidade “mais reduzido e funcional”, introduzindo competências alargadas para as juntas de freguesia.

A Câmara Municipal de Lisboa aprovou, por maioria, com os votos dos deputados mu-

nicipais do PS e do PSD, no passado dia 20 de Julho, esta proposta de reforma administrativa, iniciativa que prevê um novo mapa para a cidade, com a redução de 53 para 24 freguesias com novas designações, a par da atribuição de mais competências e meios financeiros para as juntas de freguesia.

A proposta será agora submetida à aprovação da Assembleia Municipal, para posterior envio à Assembleia da República. ● R.S.A.

FARO

Concelhia denuncia incoerências de Macário

As “incoerências” de Macário Correia em relação às portagens, aumento de taxas e desemprego foram denunciadas pela Concelhia do PS/Faro. “Em campanha, quando isso dava votos, disse que Faro e o Algarve precisavam da Via do Infante livre de portagens”, mas passadas as eleições, “agora já concorda com as portagens”. Mas, continuam os socialistas de Faro, “em campanha, o autarca laranja disse que não faria aumento das taxas aos operadores do mercado municipal e já o fez” e, por outro

lado, “sempre que lhe perguntaram, disse que não haveria despedimentos no município e já saíram 1600 trabalhadores”. Por tudo isto, a Concelhia socialista conclui que “para o eng. Macário Correia e para a maioria de direita na Câmara Municipal de Faro a política muda conforme dá mais jeito e sob a batuta das lideranças em Lisboa”, ou seja, “o PSD e o CDS em Lisboa impõem injustas medidas a Portugal e Macário Correia faz o mesmo em Faro”. ● JCB

ENCONTRO DE AUTARCAS CONIMBRICENSES

Por iniciativa do presidente da Federação de Coimbra, Mário Ruivo, decorreu, no 15 de Julho, na Casa Municipal da Cultura, uma primeira reunião com os autarcas socialistas do distrito.

Das intervenções feitas ao longo deste debate, muito participado, ficou patente que os autarcas e o PS no distrito estão atentos à questão da extinção, fusão ou agrupamento de freguesias, e até de alguns concelhos, mas para já ficou a conclusão de se aguardar que o Governo anuncie os critérios e princípios orientadores duma reforma que causa apreensão a todos os autarcas do país, independentemente do partido a que pertençam.

Mário Ruivo iniciou esta reunião classificando-a como “meramente introdutória para saber o pensamento dos autarcas socialistas” e a sua “urgência” deve-se à “posição assumida pelo novo primeiro-ministro no Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses” realizado em Coimbra. ●

Talvez por quer António José Seguro quer Francisco Assis terem sido europarlamentares, a verdade é que a ‘Europa’ regressou ao discurso interno do Partido depois da prédica nacionalista ter marcado os slogans da última campanha legislativa

POR UM NOVO PS NA EUROPA



José Reis Santos

A vida política contemporânea, hoje, já não se confina aos espaços nacionais. Extravasa-os. Isto é uma evidência repetidamente verificável na apreciação da capacidade de intervenção dos governos nacionais em diversas áreas da governação; e nenhum governo europeu dispõe, no actual quadro da União, de controlo total sobre a sua soberania.

Neste sentido, qualquer solução ou alternativa a desenhar para a alteração do actual conjunto de políticas neoliberais que emanam de Bruxelas só terá viabilidade se construída no patamar europeu, o que pressupõe um conjunto concertado e articulado de novas propostas desenvolvidas – e validadas – por um alargado conjunto de partidos socialistas europeus.

Esta terá sido, talvez, a principal característica aglutinadora da campanha eleitoral interna, uma vez que ambos os candidatos colocaram um forte enfoque nas questões europeias e na necessidade do PS se re-conectar com os grandes debates ideológicos do nosso tempo.

Talvez por quer António José Seguro quer Francisco Assis terem sido europarlamentares, a verdade é que a ‘Europa’ regressou ao discurso interno do partido depois da prédica nacionalista ter marcado os slogans da última campanha legislativa. Este afastamento do PS do debate e discurso europeu, evidente no apoio a Barroso nas europeias de 2009 e na falta de presença significativa no seio do Partido Socialista Europeu (ver a falta de apoio à proposta de primárias europeias promovida por activistas portugueses), impediu o PS, por exemplo, de marcar a agenda socialista europeia e de construir – juntamente com o PSOE – uma marca progressista ibérica.

Estes exemplos podem espantar quem desenvolva leituras críticas do comportamento (europeu) do nosso partido nos últimos anos, mas procuram intencionalmente realçar que o PS tem consecutivamente perdido oportunidades de se inserir activamente nos debates politico-ideológicos hoje existentes no quadro da família socialista europeia, até porque será nessa dimensão que se produzirão as futuras alternativas à hegemonia conservadora e neo-liberal. Além disso, e é necessário que se saiba, o actual debate que se produz no seio da nossa família europeia está bem activo e dinâmico, procurando-se novas reflexões e novas propostas para recolocar o projecto socialista europeu no centro da política da União. Neste sentido, importa ao PS desenvolver as relações multi e bilaterais com os nossos partidos irmãos ao nível das estruturas de topo, Federações e Concelhias, apoiar o desenvolvimento de estruturas de activistas do PSE, apostar na internacionalização dos nossos “think tanks” e desenvolver a rede Rainbow Rose em Portugal. Para este efeito, deveremos aproveitar as oportunidades que a próxima Convenção do PES trará (em Novembro), tratando de apresentar uma larga delegação composta não só de representantes institucionais do Partido como também de activistas, académicos e simpatizantes do PS, para que sem demora se comece a construir um novo PS na Europa. ●

UM MÊS DE INTENSO DEBATE NO PS

